cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.03.11 06:13:28 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, domingo e segunda-feira, 11, 12 e 13 de março de 2023 • Nº 1517 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Arnaldo Niskier

Ruy, um vitorioso

PÁGINA 5

IBGE

Inflação acelera para 0,84% em fevereiro

O índice oficial de inflação do Brasil acelerou para 0,84% em fevereiro com a pressão dos reajustes na área de educação. É o que apontam os dados do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) divulgados nesta sexta-feira pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A taxa veio acima da mediana das projeções do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam inflação de 0,78%. O IPCA havia subido 0,53% em janeiro. Com o resultado de fevereiro, o índice passou a acumular alta de 5,6% em 12 meses. Nesse recorte, o avanço era maior, de 5,77%, na divulgação anterior. Apesar da desaceleração em 12 meses, o IPCA acumulado segue acima da meta de inflação perseguida pelo BC (Banco Central) para 2023. O centro da meta é de 3,25%. O intervalo de tolerância é de 1,5 ponto percentual para mais (4,75%) ou para menos (1,75%). PÁGINA 2

ACORDO

Governo faz nova proposta de reajuste a servidores

O governo Lula ofereceu nesta sexta-feira um reajuste salarial de 9% aos servidores federais a partir de maio, acompanhado de um aumento de R$ 200 no auxílio-alimentação. Segundo Rudinei Marques, presidente do Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado), a proposta será oficializada pelo governo nesta segunda-feira e encaminhada para deliberação dos servidores. "O governo vai nos enviar na segunda-feira a formalização dessa proposta para que possamos levar para nossas bases, quando irão referendar ou não a proposta do governo. Entendemos que fizemos o possível, estendemos a corda até o limite. Agora, fica com a base a deliberação de aprovar ou não", afirmou Marques. PÁGINA 2

COMBUSTÍVEIS

União vai compensar estados em R$ 26,9 bilhões por ICMS

ROVENA ROSA/ABRASIL

Após pouco mais de dois meses de negociações, a União e as unidades da Federação fecharam, por unanimidade, um acordo para a compensação das perdas de arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com a desoneração de combustíveis. O governo federal compensará os estados e o Distrito Federal em R$ 26,9 bilhões até 2026. O acordo foi anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad (**foto**); pelo secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, e pelo governador do Piauí, Rafael Fonteles, que representa os 27 governadores nas negociações. Segundo Ceron, dos R$ 26,9 bilhões, cerca de R$ 4 bilhões serão pagos pela União este ano, e o restante será pago em parcelas até 2025 ou 2026, dependendo do caso. "Foi muito injusto o que aconteceu no ano passado. Isso faz parte dos R$ 300 bilhões de problemas que o governo anterior nos legou. Isso (o acordo de hoje) representa apenas 10% dos problemas que estamos administrando", disse Haddad, referindo-se ao passivo fiscal com as desonerações que antecederam as eleições do ano passado. PÁGINA 2

RIO GRANDE DO SUL

Acordo com vinícolas gera 'mixaria' para escravizados

O MPT (Ministério Público do Trabalho) firmou na noite de quinta-feira passada um termo de ajuste de conduta com as vinícolas Aurora, Garibaldi e Salton, envolvidas no caso de trabalho análogo à escravidão flagrado em 24 de fevereiro em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul. Em indenizações, as vinícolas pagarão R$ 7 milhões -dos quais R$ 2 milhões serão repassados de forma igualitária aos trabalhadores resgatados e R$ 5 milhões serão em multa por dano moral coletivo, que serão investidos pelo MPT em ações de combate ao trabalho escravo e outras medidas de cunho social. As vinícolas pagarão valores diferentes, estabelecidos conforme o que a investigação apurou. PÁGINA 2

CONTRABANDO

PEDRO LADEIRA/FOLHAPRESS

Bolsonaro tem 5 dias para devolver joias 'larapiadas'

O subprocurador-geral do Ministério Público do TCU (Tribunal de Contas da União) Lucas Furtado entrou com recurso contra a decisão da corte sobre os artigos de luxo enviados pelo governo da Arábia Saudita ao ex-presidente Jair Bolsonaro e sua esposa, Michelle Furtado argumentou que as joias e demais itens de luxo não podem permanecer no acervo privado de Bolsonaro. A medida cautelar assinada pelo ministro do TCU Augusto Nardes proibiu o ex-presidente de usar ou vender os itens dados a ele como presente -mas não determinou sua restituição ao patrimônio da União. No recurso, Furtado argumentou ser imprescindível que a prova material de supostos crimes esteja sob o escrutínio da autoridade policial para fins periciais, e não na posse do investigado. PÁGINA 5

INDICADORES

IBOVESPA: -1,38% / 103.618,20 / -1.452,99 / Volume: R$ 24.461.463.870 / Negócios: 3.814.539

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
HAPVIDA ON NM	2.47	+27.32	+0.53
EMBRAER ON NM	19.00	+5.67	+1.02
MRV ON NM	6.43	+1.42	+0.09
LOCAWEB ON NM	5.78	+1.05	+0.06
CEMIG PN N1	10.51	+0.38	+0.04

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
CVC BRASIL ON NM	3.43	–17.75	–0.74
AREZZO CO ON NM	68.70	–11.58	–9.00
AZUL PN N2	12.64	11.30	–1.61
3R PETROLEUMON NM	28.910	–7.72	–2.420
GOL PN N2	7.31	–7.12	–0.56

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	84.70	–0.33	–0.28
PETROBRAS PN N2	24.98	–1.30	–0.33
HAPVIDA ON NM	2.47	+27.32	+0.53
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	24.07	–2.39	–0.59
MAGAZ LUIZA ON NM	3.40	+0.29	+0.01

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	31.909,64	-1,07
NASDAQ Composite	11.138,887	-1,76
Euro STOXX 50	4.219,22	-1,61
FTSE 10	7.748,35	-1,67
DAX 30	15.427,97	-1,31
Ftse Mib	27.281,96	-1,55

Salário mínimo	R$ 1.302,00	IGP-M	-0,06% (fev.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 3,7053	IPCA	0,84% (fev.)	Compra: 5,5919	Venda: 5,7719
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(01/02)	13,75%	0,41	até o dia 10/mar.	Compra: 5,1816	Venda: 5,1822
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
11/3)	0,74%	BM&F/grama	R$ 306,00	Compra: 5,2071	Venda: 5,2077
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(mar./23)	0,2392%	Compra: 5,5418	Venda: 5,5425	Compra: 5,2190	Venda: 5,3990

Economia

MERCADOS

Bolsa perde ganhos da semana e dólar sobe com falência de banco

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) perdeu os ganhos da semana na tarde desta sexta-feira e está no segundo pior patamar do ano, afetada por uma aversão ao risco global após crise no Silicon Valley Bank, maior instituição financeira a falir nos EUA desde 2008. O dólar fechou em alta —relatório do Federal Reserve indicando queda de salários nos EUA também teve efeito na moeda.

O Ibovespa (Índice Bovespa) fechou em baixa de 1,38%, a 103.618 pontos, contra 103.866 pontos na última sexta-feira —um recuo semanal de 0,34%.

As ações da Via e do Magazine Luiza desabavam na Bovespa. A Magalu chegou a cair 6,78%, a 3,16 reais, na esteira de prejuízo líquido de 35,9 milhões de reais nos três últimos meses do ano passado.

O dólar comercial à vista fechou com alta de 1,32%, a R$ 5,208.

No mercado de juros futuros, as taxas sobem no curto prazo e caem no longo, influenciada pelo anúncio de IPCA, em 0,84%, acima do esperado. Nos contratos para janeiro de 2024, a taxa aumenta de 13,04% ao ano do fechamento de quinta-feira passada para 13,16%; no vencimento em janeiro de 2025, de 12,23% para 12,38%. No vencimento de janeiro de 2027, porém, a taxa caiu de 12,67% para 12,65%.

As principais bolsas norte-americanas fecharam em forte queda: Dow Jones caiu 1,07%; S&P 500, 1,45%, e Nasdaq, 1,76%.

COMBUSTÍVEIS

União compensará estados em R$ 26,9 bilhões por ICMS

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Após pouco mais de dois meses de negociações, a União e as unidades da Federação fecharam, por unanimidade, um acordo para a compensação das perdas de arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com a desoneração de combustíveis. O governo federal compensará os estados e o Distrito Federal em R$ 26,9 bilhões até 2026.

O acordo foi anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad; pelo secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, e pelo governador do Piauí, Rafael Fonteles, que representa os 27 governadores nas negociações. Segundo Ceron, dos R$ 26,9 bilhões, cerca de R$ 4 bilhões serão pagos pela União este ano, e o restante será pago em parcelas até 2025 ou 2026, dependendo do caso.

"Foi muito injusto o que aconteceu no ano passado. Isso faz parte dos R$ 300 bilhões de problemas que o governo anterior nos legou. Isso (o acordo de hoje) representa apenas 10% dos problemas que estamos administrando", disse Haddad, referindo-se ao passivo fiscal com as desonerações que antecederam as eleições do ano passado.

Segundo Haddad e Fonteles, o acordo será levado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. O ministro e o governador piauiense também levarão os termos do documento aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, André Mendonça e Luiz Fux, relatores das ações que envolvem as duas leis que desoneraram o ICMS dos combustíveis no ano passado.

ETAPAS

Da devolução total de R$ 26,9 bilhões, cerca de R$ 9 bilhões já foram compensados aos estados por meio de liminares concedidas pelo STF, que suspenderam o pagamento de parcelas das dívidas de estados à União. Nesses casos, haverá um acerto de contas para verificar o saldo que cada unidade da Federação ainda tem a receber.

Segundo Haddad, pelo menos dois estados, São Paulo e Piauí, deixaram de pagar parcelas das dívidas mais do que têm direito a receber. Nesses casos, será dado um tratamento específico para a devolução dos recursos compensados a mais.

Nos demais estados, que têm recursos a receber, o saldo remanescente será abatido das parcelas da dívida com a União ou pago com aportes da União (a estados com pequenas dívidas ou sem débitos com o governo federal) até 2026

Com base no saldo restante, o dinheiro será parcelado da seguinte forma. Os estados com até R$ 150 milhões em compensações receberão 50% em 2023 e 50% em 2024, com recursos do Tesouro Nacional. Os estados com compensações entre R$ 150 milhões e R$ 500 milhões, receberão um terço do valor em 2023 e dois terços em 2024. Os estados com mais de R$ 500 milhões, receberão 25% em 2023, 50% em 2024 e 25% em 2025.

Os estados em Regime de Recuperação Fiscal - Rio de Janeiro, Goiás e Rio Grande do Sul – receberão da mesma forma que os demais, com a diferença de que poderão abater R$ 900 milhões na parcela das dívidas com a União em 2026. Por estarem em recuperação fiscal, esses estados estão quitando os débitos com o governo federal em condições especiais, enquanto executam programas locais de ajuste fiscal.

ACORDO

Governo faz nova proposta de reajuste a servidores federais

O governo Lula ofereceu nesta sexta-feira um reajuste salarial de 9% aos servidores federais a partir de maio, acompanhado de um aumento de R$ 200 no auxílio-alimentação.

Segundo Rudinei Marques, presidente do Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado), a proposta será oficializada pelo governo nesta segunda-feira e encaminhada para deliberação dos servidores.

"O governo vai nos enviar na segunda-feira a formalização dessa proposta para que possamos levar para nossas bases, quando irão referendar ou não a proposta do governo. Entendemos que fizemos o possível, estendemos a corda até o limite. Agora, fica com a base a deliberação de aprovar ou não", afirmou Marques. O Fonacate é formado por 36 afiliadas e representa mais de 200 mil servidores públicos.

Para Marques, a negociação foi razoável e atende em parte a "corrosão inflacionária a que foi submetida os salários" nos últimos anos.

Foi a última rodada de negociação com o governo, agora a gente vai levar essa proposta para as bases e tirar dali uma deliberação final. Estou sentindo que é uma tendência dos servidores aprovarem esse percentual", acrescentou.

A oferta de recomposição salarial de 8,4% a partir de abril havia desagradado às entidades filiadas aos fóruns nacionais de servidores públicos, que falaram em "frustração total" com a contraproposta salarial do governo.

Segundo Janus Pablo de Macedo, presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (ANFFA), a proposta não atendia às necessidades da carreira, que acumula defasagem salarial por sete anos.

"Apesar dessa contraproposta, acreditamos que podemos avançar no sentido de conquistarmos a tão sonhada reestruturação da nossa carreira e entendemos que essa etapa coletiva é um termômetro das negociações, mas não define o que podemos alcançar na rodada setorial", afirmou.

O presidente do Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central), Fábio Faiad, também mostrou insatisfação com a sugestão inicial durante a reunião de negociação.

"8,5% é praticamente a atualização dos 7,8% de março. Uma proposta inferior a isso deixa a gente muito frustrado", disse. "Não é que a gente acha, a gente tem certeza que o governo tem como avançar."

Essa é a segunda proposição feita pelo governo aos servidores. Em fevereiro, foi oferecido um reajuste linear de 7,8%, também acompanhado de um acréscimo de R$ 200 no auxílio-alimentação. Os funcionários públicos, por sua vez, pediam a aplicação de um percentual linear de 13,5% a partir de março.

A proposta, calibrada de forma a caber dentro do orçamento de R$ 11,2 bilhões já reservado neste ano para ajustar a remuneração do funcionalismo, havia sido apresentada em reunião da mesa de negociação permanente, conduzida pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, com participação dos sindicatos.

O aumento de 9% aos servidores coincide com o valor citado à Folha pela ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, em sua primeira entrevista no cargo.

Algumas categorias estão com a remuneração congelada desde 1º de janeiro de 2017, quando tiveram o último aumento. Carreiras de Estado, como policiais e diplomatas, tiveram o último reajuste em 1º de janeiro de 2019.

PAC

Governo adotará parcerias com setor privado para investimentos

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL -

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse nesta sexta-feira que o novo plano de investimento do governo federal, em substituição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), será anunciado em abril, com a adoção de parceria público-privada (PPP) para alavancar investimentos em obras por todo o país. As diretrizes, cronograma e estruturação do plano foram apresentadas em reunião no Palácio do Planalto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A pedido de Lula, inclusive, o programa terá novo nome.

Rui Costa conversou com a imprensa após o encontro que reuniu ministros da área de infraestrutura para apresentação dos planos de cada pasta para os primeiros 100 dias de governo, para 2023 e para os próximos anos. Segundo Costa, na semana que vem, Lula fará reuniões com os ministros da área social – Saúde, Educação e Mulheres – e da área produtiva – Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Indústria e Comércio.

Uma das diretrizes do novo plano de investimento é usar o instrumento de PPP com a participação direta do governo federal ou em parceria com estados e municípios. "Esse plano vai reunir os investimentos diretos federais, de orçamento público da União, os investimentos através de concessões do governo federal, e vamos iniciar o que estados e municípios, especialmente estados, já fazem há alguns anos, projetos de PPP", disse.

Costa explicou que, apesar de regulamentado e ter resultados positivos, na maioria dos casos, o governo federal nunca usou essa ferramenta diretamente. "Agora vamos utilizar o instrumento de PPP para alavancar os investimentos em infraestrutura no país."

No mesmo sentido, o presidente Lula orientou a racionalização de recursos públicos, com a redução de custeio, quando possível, para aumentar os investimentos. Se necessário, os órgãos públicos poderão fazer a relicitação de contratos. "Mas, quando me refiro a PPP e concessões, estamos sinalizando a investidores, falando de atrair investimentos privados", completou.

IBGE

Inflação acelera para 0,84% em fevereiro com reajustes de educação

O índice oficial de inflação do Brasil acelerou para 0,84% em fevereiro com a pressão dos reajustes na área de educação. É o que apontam os dados do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) divulgados nesta sexta-feira pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A taxa veio acima da mediana das projeções do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam inflação de 0,78%. O IPCA havia subido 0,53% em janeiro.

Com o resultado de fevereiro, o índice passou a acumular alta de 5,6% em 12 meses. Nesse recorte, o avanço era maior, de 5,77%, na divulgação anterior. Apesar da desaceleração em 12 meses, o IPCA acumulado segue acima da meta de inflação perseguida pelo BC (Banco Central) para 2023. O centro da meta é de 3,25%. O intervalo de tolerância é de 1,5 ponto percentual para mais (4,75%) ou para menos (1,75%). O BC virou alvo de críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) neste início de governo. O motivo foi o patamar dos juros no país. Para conter a inflação, o BC vem deixando a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano. Ao tentar esfriar a demanda por bens e serviços, a medida busca frear os preços e ancorar as expectativas para o IPCA.

CONSTRUÇÃO CIVIL

O Índice Nacional da Construção Civil (Sinapi) registrou inflação de 0,08% em fevereiro deste ano. A taxa ficou abaixo das observadas em janeiro deste ano (0,31%) e de fevereiro de 2021 (0,56%). Segundo dados divulgados nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Sinapi acumulado em 12 meses chegou a 9,92%, abaixo dos 10,45% acumulados até janeiro. Com a inflação de fevereiro, o custo nacional da construção por metro quadrado chegou a R$ 1.685,74.

RIO GRANDE DO SUL

Vinícolas pagarão R$ 7 mi em indenização por caso de trabalho escravo

O MPT (Ministério Público do Trabalho) firmou na noite de quinta-feira passada um termo de ajuste de conduta com as vinícolas Aurora, Garibaldi e Salton, envolvidas no caso de trabalho análogo à escravidão flagrado em 24 de fevereiro em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul.

Em indenizações, as vinícolas pagarão R$ 7 milhões -dos quais R$ 2 milhões serão repassados de forma igualitária aos trabalhadores resgatados e R$ 5 milhões serão em multa por dano moral coletivo, que serão investidos pelo MPT em ações de combate ao trabalho escravo e outras medidas de cunho social.

As vinícolas pagarão valores diferentes, estabelecidos conforme o que a investigação apurou a cerca da responsabilidade de cada uma: A Aurora pagará R$ 2 milhões (destes, R$ 916 mil aos trabalhadores), a Salton R$ 1,7 milhão (R$ 716 mil aos trabalhadores) e a Garibaldi R$ 916 mil (R$ 376 mil aos trabalhadores).

As empresas também assumiram 21 obrigações de fazer e de não fazer para aperfeiçoar o processo de tomada de serviços, com a fiscalização das condições de trabalho e direitos de trabalhadores próprios e terceirizados, e impedir que novos casos semelhantes se repitam no futuro. Outro objetivo expresso no documento é monitorar o cumprimento de direitos trabalhistas na cadeia produtiva. As obrigações pactuadas passam a valer imediatamente.

A Fênix, empresa terceirizada responsável direta pela situação degradante em que se encontravam os trabalhadores, não firmou o acordo com o MPT. Em razão disso, a Justiça do Trabalho determinou o bloqueio de R$ 3 milhões da empresa, que é ainda investigada no âmbito criminal.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

GAMA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.796.775/0001-40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 **-** Cumpre-nos informar que a Companhia, neste exercício, não adquiriu investimentos ou participações em coligadas ou controladas, assim como não realizou e/ou promoveu nenhuma mudança administrativa. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício, poderão ser examinados através das próprias Informações Contábeis e Notas Explicativas. Colocamo-nos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais. **Divulgação de Informações Sobre Serviços de Não Auditoria Independente -** Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes – BKR-Lopes, Machado Auditores, informamos que não há outros serviços prestados pelos mesmos a Gama Participações S.A.. Rio de Janeiro, 01 de março de 2023. **Gama Participações S.A.**

Balanços Patrimoniais - Em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares reais)*

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.024	1.017
Tributos a recuperar	5	23	46
		1.047	**1.063**
Não circulante:			
Depositos judiciais	6	-	123
		-	**123**
		1.047	**1.186**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2022	2021
Não circulante:			
Obrigações fiscais		1	-
Impostos e contribuições com exigibilidade suspensa	7	-	123
		1	123
Patrimônio líquido:	9		
Capital social		1.321	1.321
Prejuízos acumulados		(275)	(258)
		1.046	**1.063**
		1.047	**1.186**

Demonstrações dos Resultados - Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo básico e diluído por ação)

Despesas operacionais	Nota	2022	2021
Despesas administrativas	11	(97)	(96)
Despesas de serviços do sistema financeiro		(15)	(13)
Despesas tributárias		(25)	(27)
Resultado antes do resultado financeiro		**(137)**	**(136)**
Receitas financeiras	12	120	48
Resultado financeiro		120	48
Prejuízo do exercício		**(17)**	**(88)**
Prejuízo básico e diluído por ação	9.c	**(0,00831)**	**(0,04571)**
Quantidade média ponderada de ações		**1.936**	**1.936**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(17)	(88)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercíco	**(17)**	**(88)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Resultados acumulados	Total
Saldos em 01/01/2021	**1.321**	**10**	**(180)**	**1.151**
Absorção do prejuízo	-	(10)	10	-
Prejuízo do exercício	-	-	(88)	(88)
Saldos em 31/12/2021	**1.321**	**-**	**(258)**	**1.063**
Prejuízo do exercício	-	-	(17)	(17)
Saldos em 31/12/2022	**1.321**	**-**	**(275)**	**1.046**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota	2022	2021
Prejuízo do exercício		(17)	(88)
Variação monetária		(7)	(5)
Prejuízo do exercício ajustado		**(24)**	**(93)**
Redução (aumento) de ativos:			
Tributos a recuperar		23	18
Depósito judicial		123	1
Variação monetária		7	-
Aumento (redução) de passivos:			
Obrigações fiscais		1	-
Impostos e contribuições com exigibilidade suspensa		(123)	3
Caixa líquido aplicado (consumido) nas atividades operacionais		7	(71)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		**7**	**(71)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	1.017	1.088
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4	1.024	1.017
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		**7**	**(71)**

Demonstrações dos Valores Adicionados
Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos correspondentes)	2022	2021
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(112)	(109)
Valor adicionado bruto	**(112)**	**(109)**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receita financeira	120	48
Valor adicionado total a distribuir	**8**	**(61)**
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	25	27
Prejuízo do exercício	(17)	(88)
Valor adicionado distribuído	**8**	**(61)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em 31/12/2022 e 2021
(Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional: A Gama Participações S.A. ("Companhia"), sociedade de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista, a participação em empreendimentos imobiliários, e como cotista, em fundos de investimento regularmente constituídos. No entanto, até o momento a Companhia não exerce atividades operacionais. Caso seja necessário obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo a Companhia está avaliando oportunidades de futuras aquisições e não tem nenhuma operação com previsão de ser finalizada até a data de emissão deste relatório. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: 2.1 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis - a) Declaração de conformidade -** As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ("CPC") e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As Demonstrações Contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As presentes Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela diretoria em 01 de março de 2023. **b) Base de mensuração -** As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo. **c) Moeda funcional e de apresentação -** As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). **d) Uso de estimativas e julgamentos -** A elaboração das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações anuais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2021. **e) Coronavírus (COVID 19) -** Em observância ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020, a Administração da Companhia ressalta que vem acompanhando as notícias sobre os impactos econômicos provindos da pandemia do Coronavírus (COVID-19). A Administração até o momento não identificou alterações no uso de julgamento ou alterações na elaboração de estimativas praticadas e divulgadas nas notas explicativas. **2.2 Pronunciamentos emitidos e interpretações emitidas recentemente -** Não houve alterações significativas, para essas Demonstrações Contábeis, nos Pronunciamentos e Interpretações Contábeis em relação aos divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021. **3 - Principais Práticas Contábeis -** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados. **a) Apuração do resultado -** O resultado é apurado pelo regime de competência. **b) Instrumentos financeiros - *(i) Ativos financeiros não derivativos -*** A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***Caixa e equivalentes de caixa -*** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 (noventa) dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4. ***(ii) Passivos financeiros não derivativos -*** Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. ***(iii) Instrumentos financeiros derivativos -*** A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. ***(iv) Hierarquia de valor justo -*** A Companhia aplica a hierarquia do valor justo introduzida pelo CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação para todos os itens mensurados ao valo justo. A hierarquia concede prioridade máxima aos inputs do Nível 1 e prioridade mínima aos inputs do Nível 3. As premissas de cada nível seguem abaixo: Nível 1: são preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode acessar na data de mensuração. Nível 2: são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente. Nível 3: são *inputs* baseados em dados não-observáveis. **c) Tributos a recuperar -** São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais. **d) Depósitos judiciais -** Os depósitos judiciais são realizados para dar curso a discussões judiciais. São apresentados no ativo na expectativa de que ocorra desfecho favorável das questões para a Companhia. **e) Imposto de renda e contribuição social -** São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das Demonstrações Contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R$240 ao ano ou R$20 ao mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. **f) Imposto de renda e contribuição social -** São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das Demonstrações Contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R$240 ao ano ou R$20 ao mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. **g) Resultado básico e diluído por ação -** O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do período pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação. **h) Demonstração do valor adicionado -** A apresentação da demonstração do valor adicionado é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aplicáveis à companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Contábeis. **i) Demonstração dos Fluxos de Caixa -** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa	2022	2021
Aplicações financeiras (a)	1.024	1.017

(a) As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de quotas de fundos de investimentos de renda fixa, mantidos em instituições de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa. No período, a remuneração média foi de 100,89% do CDI (101,97% em 31 de dezembro de 2021). A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras:

			2022		2021	
Fundo	Nível	Administrador	Quant. de Cotas	Valor	Quant. de Cotas	Valor
Itaú Top DI FICFI Ref.	1	Itaú	8.617,22	50	2.836,10	15
Opportunity Top DI FIC FIRF	1	BNY Mellon	179.256,84	974	207.270,10	1.002
				1.024		**1.017**

5 - Tributos a Recuperar	2022	2021
IRPJ 2022	17	-
IRPJ 2021	6	6
IRPJ 2020	-	4
IRPJ 2019	-	11
IRPJ 2018	-	25
	23	**46**

6 - Depósitos Judiciais: Correspondem ao questionamento judicial da majoração das alíquotas de PIS/COFINS sobre receitas financeiras, conforme Decreto nº 8426/15, elevando as alíquotas para 4,65% (0,65% PIS e 4,00% COFINS), aplicável a fatos gerados a partir de 01 de julho de 2015. Em 08 de março de 2022, os depósitos judiciais foram convertidos em renda para Receita Federal do Brasil, despachado por meio de ofício à Caixa Econômica Federal. As contas foram encerradas em virtude de os pagamentos terem sido efetuados.

7 - Impostos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	2022	2021
PIS a recolher (i)	-	17
COFINS a recolher (i)	-	106
	-	**123**

(i) Refere-se ao PIS e a COFINS sobre receitas financeiras que foram depositados judicialmente, conforme nota explicativa nº 6. Os valores foram convertidos em renda para Receita Federal do Brasil. **8 - Contingência Passiva não Provisionada:** Em junho de 2019 a Companhia ingressou com uma ação contra o Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro ("CRA/RJ"), pleiteando a declaração de inexigibilidade do registro da Companhia perante a Autarquia, o cancelamento do referido registro e devolução das anuidades pagas. Esta ação transitou em julgado em outubro de 2021, tendo como resultado o deferimento dos pedidos da Companhia, em especial, a devolução das anuidades pagas desde o ano de 2015, perfazendo o valor de R$ 24. Em maio de 2022 o CRA/RJ ingressou com uma ação rescisória a fim de impugnar a decisão obtida no âmbito da ação original descrita acima, alegando que somente são passíveis de restituição as anuidades pagas relativas ao período após a propositura da ação original ou a partir do pedido de cancelamento do registro na esfera administrativa. Desta forma, não há contingências a serem registradas no âmbito das ações, considerando que o resultado da Ação Rescisória somente terá o condão de manter ou reduzir o valor a ser restituído pela Companhia no âmbito da ação original descrita acima. As chances de êxito foram avaliadas como possíveis pelos assessores jurídicos. **9 - Patrimônio Líquido: a) Capital social -** O capital social está representado por 1.935.716 ações ordinárias, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital, independentemente de decisão em assembleia, até o limite de R$10.000.000 (dez bilhões de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração. **b) Dividendos -** Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. A Companhia apresentou prejuízo nos exercícios de 2022 e 2021, portanto, não houve proposta para distribuição de dividendos. **c) Prejuízo básico e diluído por ação -** Conforme requerido pela CPC 41 (Resultado por ação), foram reconciliados o Prejuízo e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído:

	Prejuízo do exercício	Quantidade de Ações	Resultado por ação
31.12.2021	(88)	1.935.716	(0,04571)
31.12.2022	(16)	1.935.716	(0,00831)

10 - Partes Relacionadas: A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoas chave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada durante o exercício 31 de dezembro de 2022. **11 - Despesas Administrativas:** Está representado, substancialmente, pelo montante de R$31 (R$28 em 31 de dezembro de 2021) despesas com serviços de auditoria externa, R$47 (R$43 em 31 de dezembro de 2021) de despesas com contribuições e associações diversas e R$18 (R$25 em 31 de dezembro de 2021) de despesas com publicações societárias.

12 - Resultado Financeiro, Líquido	2022	2021
Rendimento de aplicação financeira	113	43
Variações monetárias	7	5
Resultado financeiro, líquido	**120**	**48**

13 - Estrutura do Gerenciamento de Risco: A Administração da Companhia tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. ***Riscos de crédito -*** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelos valores dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial. No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instrumentos financeiros de primeira linha, consideradas de baixo risco. ***Risco de liquidez -*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. ***Risco de juros e taxa de câmbio -*** A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexados ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros. ***Riscos Fiscais -*** As declarações de IRPJ apresentadas durante os cinco últimos anos estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais. Outros impostos estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando em cada caso o prazo de prescrição. ***Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros -*** O CPC 40 (IFRS 7) estabelece que a entidade, deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumento financeiro. A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2022:

Operação	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Ativos				
Indexador Aplicações financeiras R$1.024 em 31/12/2022 (Nota nº 4)	CDI	12,25%	9,19%	6,13%
	-	125	94	63

14 - Cobertura de Seguros (não auditado): Não foi contratado nenhum tipo de seguro.

DIRETORIA

Diogo Alexandre de Melo Bahia — Norberto Aguiar Tomaz

Contador: Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque - CRC-RJ 087065/O-8

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da Gama Participações S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Gama Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gama Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria -** Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado - Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA -** Conforme descrito na nota explicativa nº4, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía aplicações financeiras em cotas de fundos de investimento no montante de R$1.024 mil. Essas cotas de fundos de investimentos são precificadas pelo administrador do fundo de acordo com a política de remuneração estabelecida no regulamento do fundo e registradas ao seu valor justo por meio do resultado. Consideramos a contabilização dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado como o principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria -** Realizamos o recálculo dos rendimentos auferidos sobre o respectivo ativo financeiro, bem como a verificação da existência dessas cotas pelo recebimento da confirmação independente junto à instituição financeira administradora do fundo de investimento. Também realizamos a leitura das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas nas notas nº3 (b) e nº4. Com base na abordagem e nos procedimentos de auditoria executados, consideramos adequadas as premissas aplicadas no reconhecimento, mensuração e adequada divulgação do valor justo sobre as contas de fundos de investimento, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos -** ***Demonstração do valor adicionado -*** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. ***Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior -*** As demonstrações contábeis da Gama Participações S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, cujo relatório datado de 18 de fevereiro de 2022, foi emitido com parágrafo de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional, sem opinião modificada. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores -** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis -** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2023.

BKR - Lopes, Machado Auditores - CRC-RJ-2026/O-5
Independent Member of - BKR International

Mário Vieira Lopes — Contador - CRC-RJ - 060.611/O-0

Marcio Alves Gonçalves Marçal — Contador - CRC-RJ - 106.994/O-8

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628

publicidade@diariodoacionista.com.br

VERÃO: Sol com algumas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 31º 21º 85% 05:53 18:11

VARELLA E DAMAZIO ASSISTÊNCIA FISIOTERAPEUTICA LTDA.
CNPJ 09.572.294/0001-09 – Matrícula RCPJ 229352
CONVOCAÇÃO - Ficam os sócios convocados para a Assembleia de Sócios, às 11h do dia 23.03.2023, na Av. Almirante Barroso, nº 00081, sala 2401, Centro/RJ, cuja ordem do dia é o ingresso e retirada de sócios. RJ, 10.03.2023. Sócia Adm. Luciana Damazio de Noronha Presto.

Cachoeira Escura Energética S.A.
CNPJ/MF nº 09.590.411/0001-59 – NIRE 33.300.323.261
Ata da Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 14 de novembro de 2022

1. Data, Hora e Local: No dia 14/11/2022, na sede social da Sociedade, no estado e cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, às 12:00 horas. **2. Convocação e Presença:** Assembleia realizada independentemente das formalidades de convocação, tendo em vista o comparecimento do acionista detentor da totalidade do capital social. **3. Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, Presidente e Srta. Isis Paula Cerinotti Malhaes, Secretária. **4. Ordem do Dia: (i)** deliberar sobre a redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76; **(ii)** outros assuntos de interesse social. **5. Deliberações:** O senhor acionista, após análise dos assuntos constantes da Ordem do Dia, deliberou: **5.1.** Aprovar a redução de capital social em **R$ 7.400.000,79** da Companhia, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital social **de** R$ 201.844.726,79 **para** R$194.444.726,00. **5.1.1.** Registrar que o valor total da redução acima aprovada será pago à única acionista Elera Renováveis S.A. **5.1.2.** Considerando que as ações em que se divide o capital social não têm valor nominal, é desnecessário o cancelamento de ações em consequência da redução de capital ora aprovada, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: *"**Artigo 5º.** O capital da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R$194.444.726,00 representado por 355.501.350 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se esta ata. **7. Assinaturas:** Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente e Isis Paula Cerinotti Malhaes – Secretária. Acionista: Elera Renováveis S.A.. Rio de Janeiro, RJ, 14/11/2022. **Isis Paula Cerinotti Malhaes** – Secretária.

Cachoeira Escura Energética S.A.
CNPJ/MF nº 09.590.411/0001-59 – NIRE 33.300.323.261
Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária
realizadas em 10 de junho de 2022

1. Data, Hora e Local: No dia 10/06/2022, na sede social da Sociedade, localizada no estado e cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, às 09:00 horas. **2. Convocação e Presença:** Assembleia realizada independentemente das formalidades de convocação, tendo em vista o comparecimento do acionista detentor da totalidade do capital social, conforme o Livro de Presença de Acionistas. **3. Publicação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício social findo em 31.12.2021 foram publicadas, de forma impressa e digital, no Jornal Diário do Acionista, edição de 30/04/2022, página 6. Dispensada a publicação do aviso de que trata o artigo 133 da Lei nº 6404, em face do disposto no § 4º do mesmo artigo da referida Lei. **4. Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, Presidente e Srta. Isis Paula Cerinotti Malhaes, Secretária. **5. Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** deliberar sobre a redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76; **(ii)** outros assuntos de interesse social. **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31/12/2021; **(ii)** deliberar sobre a Proposta da Administração para Destinação do Resultado do Exercício Social findo em 31/12/2021 (Anexo I); **(iii)** reeleger e eleger os diretores da Sociedade; e **(iv)** aprovar a remuneração global anual dos administradores da Sociedade. **6. Deliberações:** O senhor acionista, após análise dos assuntos constantes da Ordem do Dia, deliberou: **Em Assembleia Geral Extraordinária: 6.1.** Aprovar a redução de capital social em **R$ 23.958.814,70** da Companhia, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital social, portanto, **de** R$ 225.803.541,49 para **R$ 201.844.726,79**. **6.1.1.** Registrar que o valor total da redução de capital acima aprovada será pago à única acionista Itiquira Energética S.A. **6.1.2.** Considerando que as ações em que se divide o capital social não têm valor nominal, é desnecessário o cancelamento de ações em consequência da redução de capital ora aprovada, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 5º.** O capital da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 201.844.726,79 representado por 355.501.350 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* **6.1.3.** Em razão das deliberações ora aprovadas, consolidar a redação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo II. **Em Assembleia Geral Ordinária: 6.2.** Aprovar, em sua íntegra, sem ressalvas ou restrições, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras da Sociedade, acompanhadas do Relatório de Auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021, conforme publicadas. **6.2.** Aprovar a Proposta da Administração para Destinação do Resultado do Exercício Social encerrado em 31.12.2021 (Anexo I), cujo valor total é de **R$ 43.043.352,94**, destinando **R$ 2.152.167,65** à constituição da **Reserva Legal**, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 25, § 1º do Estatuto Social da Companhia; **6.2.1.** Registrar que não há dividendo mínimo obrigatório e complementares a pagar, uma vez que os Acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21/12/2021, e a Diretoria, em reunião ocorrida em 23/03/2022, aprovaram o pagamento do montante total de **R$ 40.891.185,29** aos acionistas, sendo que: (i) R$ 10.222.796,32 eram referentes aos dividendos mínimos obrigatórios; e (ii) R$ 30.668.388,97 eram referentes a parte dos dividendos complementares. **6.3.** Para compor a Diretoria da Sociedade, **reeleger** os Srs: **(i) Carlos Gustavo Nogari Andrioli**, portador da cédula de identidade nº 4738468-0, SSP/PR, e do CPF/MF sob nº 861.403.379-68, que passa a ocupar o cargo de **Diretor Presidente**; **(ii) Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira,** portador da carteira de identidade nº 10.341.661-6, SSP/RJ, e do CPF/MF sob o nº 071.000.747-70, para o cargo de **Diretor Vice-Presidente**; e **(iii) Fernando Mano da Silva**, portador da cédula de identidade nº 50759188, SSP/SP, e do CPF/MF sob o nº 690.436.121-20, para ocupar o cargo de **Diretor sem designação específica**; todos com prazo de gestão de até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras relativas ao Exercício Social de 2021, e em conformidade com o artigo 12 do Estatuto Social. **6.3.2.** Os Diretores, ora eleitos, declaram que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. A formalização da referida eleição se dará mediante assinatura do termo de posse lavrado no livro de atas da administração, nos prazos e normas previstos no Artigo 149 da Lei nº 6.404/76 e no Artigo 12, parágrafo segundo do Estatuto Social. **6.4.** Fixar em até R$ 12.000,00 o montante global da remuneração anual dos administradores. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se esta ata, que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Rio de Janeiro, RJ, 10/06/2022. **Isis Paula Cerinotti Malhaes** – Secretária Designada; **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** – Presidente da Mesa. **Itiquira Energética S.A.** (representada por seus diretores Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira)

SEMANA DA MULHER

Caixa lança Programa Mulheres de Favela no Rio

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

Como parte das comemorações da Semana da Mulher, a Caixa Econômica Federal lançou nesta sexta-feira, no Rio de Janeiro, o primeiro laboratório de inovação social pelo programa Mulheres de Favela. Na fase inicial, serão investidos R$ 16,6 milhões do Fundo Socioambiental Caixa. Além do Rio, estão previstos dois laboratórios em Salvador e São Paulo nos próximos meses.

Segundo o banco, o laboratório de inovação social é um espaço destinado à pesquisa, capacitação e formação prática das moradoras, além de promover rodas de escuta para o desenho das ações futuras. As mulheres participantes recebem acolhimento e treinamento para começar ou escalar seu negócio para alcançar a independência financeira.

A proposta foi desenvolvida pela empresa Impact Hub, que realizará, ainda, pesquisas e capacitação. A expectativa é que 300 mulheres sejam capacitadas em cada laboratório, após 45 dias de formação prática. Outras 1.500 devem participar das oficinas online e demais atividades.

O evento de inauguração foi realizado no Complexo da Penha, na zona norte da cidade, local onde será desenvolvido o projeto. Segundo a presidente da Caixa, Maria Rita Serrano, a ideia do programa é garantir a emancipação das mulheres e o empreendedorismo, porque elas têm capacidade para mudar a sua realidade e melhorar a vida das suas famílias.

"Quero destacar como o poder da justiça social, dos programas sociais de um governo comprometido com a população é capaz de mudar vidas. A força da Caixa se une à potência da favela e das mulheres", disse a executiva.

O ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, ressaltou que as pessoas querem ter oportunidades para mudar de vida. "Ou seja, qualificação e acesso a uma condição de tocar um negócio. Sonhar, acreditar e fazer acontecer", disse o ministro.

Para a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, o programa vai trazer empregabilidade e proteção social para as mulheres. "É preciso pautar segurança, educação e empregabilidade nas favelas", afirmou a ministra.

Segundo a primeira-dama, Janja Lula da Silva, os moradores têm que ajudar a consolidar o programa Mulheres de Favela. "As políticas públicas não são feitas por um governo. Elas são políticas de Estado e são para a população. Esse projeto é de vocês, mulheres, e vai descobrir muitos talentos", disse Janja.

CUFA

Com experiência de 20 anos nos âmbitos político, social, esportivo e cultural, a Central Única das Favelas (Cufa) é parceira do banco no programa. A partir dessa cooperação, a Caixa vem aprofundando seu conhecimento sobre a realidade local e as reais necessidades da população, com o objetivo de elaborar e implantar estratégias de impacto social que atuem diretamente no território e com foco nas mulheres e crianças.

O presidente da Cufa, Preto Zezé, destacou que o programa é importante para produzir outra narrativa que tire a favela do noticiário policial, das notícias trágicas e da tristeza. "Essa é a luta que a Cufa tem empreendido, de poder produzir a aproximação da favela com o poder público e realizar políticas que durem", afirmou.

CURSOS E OFICINAS

O laboratório de inovação social abriga diversas oficinas de empreendedorismo, organização e educação financeira, precificação, além de incubadora de negócios, serviços de formalização de empresas, orientação contábil e de produtos bancários.

Durante o funcionamento do espaço, as mulheres poderão escolher até três cursos de qualificação profissional. Com foco na economia circular, a oficina de upcycling é uma das principais iniciativas de capacitação, onde as participantes aprenderão a transformar resíduos e materiais recicláveis em produtos a serem comercializados. Oficinas de maquiagem, manicure, tranças e design de sobrancelhas também estarão disponíveis para a escolha das interessadas.

No espaço de atendimento da Caixa, serão promovidas ações de educação financeira, orientação sobre utilização do Caixa Tem e outros serviços relacionados ao banco, como FGTS, habitação e benefícios sociais. Também estará disponível o Espaço Kids, onde serão realizadas atividades com as crianças enquanto as mães ou responsáveis participam do laboratório.

GUARATIBA

Criança de 2 anos morre com sinais de tortura

Uma menina de 2 anos foi morta na quinta-feira passada após ser torturada em Guaratiba, na zona oeste do Rio de Janeiro. Segundo a Polícia Civil, o pai e a madrasta de Quenia Gabriela Oliveira Matos de Lima foram presos em flagrante por suspeita do crime.

Na delegacia, Marcos Vinicius Lino, 28, negou ter cometido agressões contra a filha. Já Patricia André Ribeiro, 23, afirmou que a enteada se machucou ao cair do sofá.

A criança chegou à Clínica da Família Hans Jurgen Fernando Dohmann já sem vida. Uma médica da unidade, que observou o estado de saúde da menina, fez a denúncia à polícia relatando que Quenia fora levada pelo pai "com sinais severos de violência".

A Secretaria Municipal de Saúde, responsável pela clínica, reiterou que a paciente já chegou morta à unidade e relatou que a delegacia foi prontamente acionada pelo fato de haver indícios de violência.

Segundo a delegada Márcia Helena Julião, titular da 43ª DP (Guaratiba), a criança apresentava 59 lesões pelo corpo, entre já cicatrizadas e recentes, sendo 17 no abdômen, 16 no dorso, 12 no rosto, sete nas pernas e seis nos braços. A menina também tinha marca de queimadura no umbigo.

Ainda de acordo com a delegada, o pai disse em depoimento que Quenia não se alimentava e vomitava há pelo menos três dias.

O corpo foi transferido para o Instituto Médico Legal de Campo Grande, também na zona oeste.

Segundo a investigação, a menina estava matriculada em uma creche desde o mês passado. A direção da unidade de ensino, no entanto, disse ter questionado as lesões aparentes em Quenia e proibido a entrada da criança enquanto os responsáveis não a levassem para um médico.

"A creche chegou a questionar as lesões que a criança tinha, e Patrícia afirma que ela pegou uma cadeira, colocou sobre o sofá e caiu", descreve a polícia.

UNIODONTO DO RIO DE JANEIRO COOPERATIVA ODONTOLÓGICA LTDA
CNPJ Nº 28.958.148/0001-52 – NIRE Nº 33.4.0000086-2
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAODINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Uniodonto do Rio de Janeiro Cooperativa Odontológica LTDA., no uso de suas atribuições, de acordo com o artigo 19 do estatuto social da cooperativa, convoca todos os 138 (cento e trinta e oito) sócios cooperados em dia com suas obrigações com a cooperativa, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia **23 de março de 2023**, na Avenida Passos, nº 120, 12º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, que será instalada, em primeira convocação, com 2/3 (dois terços) dos cooperados, às 11h; em segunda convocação, com 1/2 (metade) mais 1 cooperados, às 12h; e, em terceira e última convocação com o mínimo de 10 (dez) cooperados presentes, às 13h; para deliberarem sobre o seguinte: **ORDEM DO DIA**: Em **Assembleia Geral Ordinária:** 1 - Prestação de contas do exercício de 2022, compreendendo: a) relatório da gestão; b) balanço do exercício de 2022; c) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e d) parecer do Conselho Fiscal; 2 – Dar destinação às sobras apuradas ou ao rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, na primeira hipótese, as reservas legais obrigatórias; 3 - Eleição dos membros do Conselho Fiscal; 4 - Eleição do Delegado e seus suplentes junto a FERJES e a Uniodonto do Brasil; 5 - Plano de trabalho do exercício em curso; 6 – Assuntos gerais, sem deliberação. Em **Assembleia Geral Extraordinária**: 7 – Reforma do estatuto social em relação aos seguintes temas: a) Estrutura do Conselho de Administração; b) Alteração da denominação; c) Atualização do objeto social; d) Inclusão de capítulo sobre métodos adequados de solução de conflitos. **AVISO:** Serão realizados eventuais ajustes de numeração ou congruência entre os dispositivos reformados e a íntegra do Estatuto, assim com eventuais reparos ortográficos.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2023.
Werther Antonio Lima Fidalgo
Diretor Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE COOPERATIVA DE CONSUMO A FORNECIMENTO DE ALIMENTOS ESSENCIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - COOPALERJ

A Cooperativa de Consumo a Fornecimento de Alimentos Essenciais do Estado do Rio de Janeiro - COOPALERJ, CNPJ nº 28.494.503/0001-80 com sede nesta cidade, na Rua São Cristóvão, 601 – Parte, São Cristóvão, CEP 20940-001, Rio de Janeiro - RJ, através de sua Diretoria Executiva, devidamente representada por seu Presidente Sr. Ismael Sigolo David, CONVOCA através do presente edital, todos os associados, para Assembleia Geral Ordinária, que será realizada na sede da Cooperativa, às 19:00 horas, do dia 24 de março de 2023, com a seguinte ordem do dia: 1 - Prestação de contas referente ao ano de 2022. 2 - Parecer do Conselho Fiscal referente ao ano de 2022. 3 - Relatório da Gestão referente ao ano de 2022. 4 - Balanço Demonstrativo de Sobras ou Perdas referente ao ano de 2022. 5 - Alteração do Estatuto Social. 6 - Eleição do Conselho Fiscal para o período de 20/07/2023 a 19/07/2024. 7 - Admissão de novos cooperados e aumento do capital social. 8 - Assuntos gerais. A Assembleia Geral Ordinária instalar-se-á em primeira convocação às 19:00 horas, com a presença da maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número, meia hora depois.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2023.
Ismael Sigolo David
Presidente

FLORESTA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ: 32.500.977/0001-64

Relatório da Administração - Senhores acionistas: Apresentamos a V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas do Exercício findo em 31/12/2022.

Balanço Geral Encerrado Em 31/12/2022 - R$

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	35.396.767,02	29.681.559,79	**Circulante**	40.015.979,07	33.292.610,83
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.112.311,56	2.392.235,44	Fornecedores	17.565.178,51	13.553.367,16
Contas a Receber	9.029.563,13	6.610.612,97	Salários e Ordenados à Pagar	3.214.117,56	3.671.930,19
Imp./Contrib. à Recuperar	2.840.784,39	2.168.747,89	Impostos e Encargos Sociais	12.166.363,99	10.269.787,68
Estoque de Mercadorias	21.009.779,53	18.184.225,26	Val. Pagar Recup. Judicial	4.219.529,02	3.928.036,85
Outros Créditos	404.328,41	325.738,23	Outras Contas	2.850.789,99	1.869.488,95
			Não Circulante	93.985.487,99	96.402.570,25
Não Circulante	105.576.762,96	106.335.363,35	Impostos e Encargos Sociais	56.883.913,15	56.651.483,22
Realizavel a Longo Prazo	17.603.411,76	17.447.456,26	Val. Pagar Recup. Judicial	35.389.848,48	38.555.290,47
Investimentos	72.766.703,12	72.623.959,62	Outras Contas	1.711.726,36	1.195.796,56
Imobilizado	14.717.526,81	15.161.034,68	**Patrimonio Liquido**	6.972.062,92	6.321.742,06
Intangivel	489.121,27	1.102.912,79	Capital	2.820.000,00	2.820.000,00
			Reserva de Reavaliação	5.798.945,15	5.798.945,15
			Prejuízos Acumulados	(1.646.882,23)	(2.297.203,09)
Total do Ativo	140.973.529,98	136.016.923,14	**Total Passivo**	140.973.529,98	136.016.923,14

Demonstração do Resultado Liquido em 31/12/2022 - R$

	31/12/2022	31/12/2021
Receita Liquida de Vendas	265.882.439,65	231.187.158,25
Custo de Mercadorias Vendidas	197.603.935,63	171.582.311,62
Lucro Bruto	68.278.504,02	59.604.846,63
Despesas Operacionais Liquidas	66.596.285,85	70.373.388,71
Despesas Financeiras	4.860.618,82	6.627.422,29
Receitas Financeiras	1.937.053,54	10.740.929,51
Outras Receitas e Despesas	1.891.667,97	8.087.405,33
Resultado do Exercicio	650.320,86	1.432.370,47
Contribuição Social	-	1.176.584,07
Imposto de Renda	-	3.254.289,08
Resultado Líquido do Exercício	650.320,86	(2.998.502,68)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - R$

Especificações	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros	Resultado do Exercicio	Prejuízos Acumulados	Patrimonio Líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	**2.820.000,00**	**5.798.945,15**	**4.179.258,29**	-	-	**12.798.203,44**
Ajustes Exercícios Anteriores					(3.477.958,70)	(3.477.958,70)
Resultado do Exercício				(2.998.502,68)		(2.998.502,68)
Transferencia de Contas	-	-	(3.477.958,70)	-	3.477.958,70	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**2.820.000,00**	**5.798.945,15**	**701.299,59**	**(2.998.502,68)**	-	**6.321.742,06**
Resultado do Exercício				650.320,86		650.320,86
Constituição de Reserva Legal			32.516,04	(32.516,04)		-
Transferencia de Contas	-	-	(452.486,42)	2.380.697,86	(1.928.211,44)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**2.820.000,00**	**5.798.945,15**	**281.329,21**	-	**(1.928.211,44)**	**6.972.062,92**

Demonstração dos Fluxos de Caixa 31/12/2022 - R$

Resultado do Exercicio	650.320,86
(+)Depreciação e Amortização	2.366.394,27
(+)Resultado Baixa Imobilizado	24.250,19
(-) Resultado de Equivalencia Patrimonial	(142.743,50)
Variações nos Ativos e Passivos	
(-) Aumento em Contas a Receber	(2.418.950,16)
(+)Redução em Impostos a Recuperar	960.505,87
(-) Aumento em Estoques de Mercadorias	(2.825.554,27)
(+)Aumento em Fornecedores	4.011.811,35
(-) Redução em Salarios e Ordenados a Pagar	(457.812,63)
(+)Aumento em Impostos e Encargos Sociais	2.129.006,24
(-) Redução em Valores a Pagar Recuperação Judicial	(2.873.949,82)
(+)Aumento em Outros Contas	244.125,69
(=)Caixa Liquido das Atividades Operacionais	**1.667.404,09**
(-) Aquisicao de Imobilizado/Intangível	(1.333.345,07)
(-) Aumento em Transações com Partes Relacionadas	(1.787.820,49)
(=)Caixa Liquido das Atividades de Investimento	**(3.121.165,56)**
(+)Aumento em Financiamentos Bancários	1.173.837,59
(=)Caixa Liquido das Atividades de Financiamento	**1.173.837,59**
Saldo Final das Disponibilidades	2.112.311,56
Saldo Inicial das Disponibilidades	2.392.235,44
Variação das Disponibilidades no Periodo	**(279.923,88)**

Notas Explicativas - 1 - Critérios de Avaliação e Reconhecimento no Balanço: a) Os ativos e passivos são classificados no circulante quando realizáveis nos doze meses seguintes a data do balanço. Os ativos são reconhecidos quando seus beneficios economicos forem prováveis e valor mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos quando da existencia de obrigação legal e sendo provável a necessidade de recurso economico para liquidá-la. **2 - Capital Social:** O Capital Social é constituído por 2.820.000 de Ações Ordinárias nominativas. **3 - Recuperação Judicial** - Em 18/09/2017 foi deferido Pedido de Recuperação Judicial, na 4ª Vara Cível da Comarca de Volta Redonda – RJ, Processo: 0022134-22.2017.8.19.0066. Assembleia de Credores de 26-05-2018 aprovou o Plano de Recuperação Judicial, homologado pelo Juízo da Recuperação em 12-09-2018.

Conselho de Administração - Presidente: **Jose Luiz Alves Abrantes**; Vice Presidente: **César Fernando Alves Abrantes**; Conselheiros: **Damião Alves Abrantes**, **Cosme Alves Abrantes**, **Tatiana Alves de Souza Abrantes** e **Tulio Alves de Souza Abrantes**. **Diretoria -** Presidente: **Eduardo Candido Alves Abrantes**; Diretor Financeiro: **Tulio Alves de Souza Abrantes**. **Contador - Edméa Brochado Fernandes -** CPF: 619.816.217-68 CRC: RJ 046491/O-0

CONTRABANDO

Bolsonaro tem 5 dias para devolver joias 'larapiadas'

O subprocurador-geral do Ministério Público do TCU (Tribunal de Contas da União) Lucas Furtado entrou com recurso contra a decisão da corte sobre os artigos de luxo enviados pelo governo da Arábia Saudita ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e sua esposa, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. Furtado argumentou que as joias e demais itens de luxo não podem permanecer no acervo privado de Bolsonaro.

A medida cautelar assinada pelo ministro do TCU Augusto Nardes na quinta-feira passada proibiu o ex-presidente de usar ou vender os itens dados a ele como presente -mas não determinou sua restituição ao patrimônio da União.

No recurso, Furtado argumentou ser imprescindível que a prova material de supostos crimes esteja sob o escrutínio da autoridade policial para fins periciais, e não na posse do investigado.

Por isso, ele pediu que os supostos presentes dados pela Arábia Saudita sejam restituídos à guarda da União em até cinco dias.

"Dessa forma, os bens podem ser reincorporados ao patrimônio da União e serem devidamente periciados para os fins criminais que se façam necessários", disse.

Caso a medida não seja cumprida, Furtado sugere a retenção da remuneração que Bolsonaro receberia como ex-presidente da República. Apesar da manifestação do procurador, Bolsonaro não recebe salário como ex-presidente. Ele tem direito a uma equipe de assessores, veículo oficial e determinados tipos de reembolso.

Por ser capitão reformado do Exército Brasileiro, o ex-presidente tem uma aposentadoria das Forças Armadas. Também possui outra pelo tempo de serviço como parlamentar.

Furtado recomenda ainda que armas recebidas como presentes por Bolsonaro sejam confiadas ao Exército ou à Polícia Federal e as joias expostas em algum museu público, ou do TCU, "tomadas as devidas providências de segurança".

Conforme o portal Metrópoles, em 2019 Bolsonaro retornou de uma viagem oficial ao Oriente Médio com uma pistola e um fuzil, presenteados pelo governo dos Emirados Árabes Unidos.

Furtado propõe como alternativa que os bens sejam colocados à venda em leilão, com a destinação dos recursos arrecadados em prol dos programas sociais do atual governo, como Minha Casa Minha Vida ou o Bolsa Família.

ARMAS

STF tem maioria para suspender ações contra decreto de Lula

O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria nesta sexta-feira para manter decisão do ministro Gilmar Mendes que suspendeu o julgamento de processos contrários ao decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre a aquisição de armas e munições de uso restrito.

O decreto suspende a compra desses itens para CACs (caçadores, atiradores e colecionadores) e particulares.

Votaram para manter a decisão até o início desta tarde os ministros Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso. O julgamento acontece na plataforma virtual do Supremo e acaba à meia-noite.

Em tese, os ministros ainda podem modificar os seus votos. O julgamento também pode ser paralisado por pedidos de vista (mais tempo para análise) e destaque (que leva o caso ao plenário físico).

No último dia 15, Gilmar determinou a suspensão de julgamento de todos os processos em curso contrários à constitucionalidade, legalidade ou eficácia do decreto de Lula, assinado no dia 1º de janeiro. Também suspendeu a eficácia de quaisquer decisões judiciais que tenham sido contrárias ao decreto.

"É atribuição do Poder Executivo, nos termos do Estatuto do Desarmamento, instituir e manter os cadastros e registros de armas, clubes e escolas de tiro e dos próprios indivíduos pela lei qualificados como colecionadores, atiradores e caçadores (CACs)", disse o ministro em sua decisão.

Segundo ele, também é competência do Executivo regulamentar "a prerrogativa de suspender a inscrição de novos assentos nos respectivos cadastros e registros, desde que diante de razões fático-jurídicas relevantes".

CÂMARA

'Chupetão defende chupetinha': Neto alega liberdade de expressão em crime de Nikolas

Presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto saiu em defesa do deputado bolsonarista Nikolas Ferreira (PL-MG) após o parlamentar colocar uma peruca e fazer um discurso transfóbico no plenário da Câmara na quarta-feira passada, em ataque às mulheres trans no Dia Internacional da Mulher.

Em publicação em perfil nas redes sociais nesta sexta-feira, Valdemar afirmou que Nikolas tem o apoio da direção nacional da legenda e disse que "a liberdade de expressão e suas prerrogativas parlamentares serão sempre defendidas" pelo partido.

"A liberdade de expressão e suas prerrogativas parlamentares serão defendidas pelo nosso partido sempre que ele estiver exercendo seu mandato, manifestando sua opinião. Conte conosco, Nikolas! O PL estará sempre contigo", escreveu.

Valdemar também disse que o parlamentar representa um segmento da sociedade e deve "ser respeitado por isso".

"É por isso que o deputado Nikolas tem nosso apoio e da direção nacional do PL. Ele ganhou mais de 46 mil seguidores nas últimas horas porque é franco. Ele fala em nome de um segmento da sociedade e deve ser respeitado por isso", disse.

Até a tarde desta sexta, o deputado bolsonarista tinha 2,1 milhões de seguidores no Twitter, 6,6 milhões no Instagram e 1,3 milhão no Facebook.

O presidente do partido de Jair Bolsonaro citou ainda o fato de Nikolas ter sido o deputado federal mais votado do país em 2022 e disse que isso ocorreu por "várias razões". "É uma pessoa de qualidades, que tem princípios, um jovem que defende suas convicções com paixão e sinceridade. Ele representa o eleitor que acredita nele."

TERROR EM BRASILIA

Moraes solta mais 80 presos por atos golpistas

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), concedeu nesta sexta-feira liberdade provisória a mais 80 pessoas denunciadas após os ataques golpistas às sedes dos três Poderes no dia 8 de janeiro.

Todos os soltos são homens. Na última quarta-feira, no Dia Internacional da Mulher, o ministro havia libertado 149 presas pelos atos golpistas, organizados por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Assim como os outros, eles terão que usar tornozeleira eletrônica e deverão ficar em suas residências à noite e nos finais de semana.

Também deverão se apresentar à Justiça todas as segundas-feiras, não poderão se ausentar do país e têm que entregar seus passaportes.

DEFENSORIA

STF quer audiência de custódia para 'todos os tipos' de prisão

O STF (Supremo Tribunal Federal) determinou que os tribunais do país deverão realizar audiência de custódia em todos os casos de prisão. A decisão unânime atendeu a uma reclamação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro contra um ato do Tribunal de Justiça fluminense.

Desde 2015, ano de estabelecimento das audiências no Brasil, a pessoa que é presa deve ser levada à presença de um juiz em até 24 horas, acompanhada de advogado ou da Defensoria Pública. O magistrado avalia a legalidade do flagrante e da prisão, investiga eventuais maus-tratos ou tortura e define a necessidade ou não de medidas cautelares.

A decisão do plenário, publicada na última segunda-feira, confirmou uma liminar concedida pelo ministro Edson Fachin em dezembro de 2020.

Na época, ele considerou que o dispositivo das audiências de custódia deve ser aplicado da mesma forma para todas as prisões, como temporária ou preventiva (sem prazo), além daquelas em flagrante.

VALTER CAMPANATO/ABRASIL

A decisão liminar foi aplicada ao Rio de Janeiro e depois ao Ceará e a Pernambuco. Após pedido da Defensoria Pública da União, foi estendida para todos os tribunais de Justiça do país.

A obrigação das audiências de custódia foi inserida no Código de Processo Penal em 2019 pela lei nº 13.964, chamada de pacote anticrime, do ex-ministro da Justiça Sergio Moro (**foto**), hoje senador pelo Paraná.

O que o STF fez foi ratificar essa obrigação dos tribunais com o julgamento da reclamação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, feita em 2017. Segundo o órgão, uma resolução de 2015 do Tribunal de Justiça fluminense não seguia a determinação do Supremo ao restringir as audiências de custódia a prisões em flagrante.

Arnaldo Niskier

Membro da Academia Brasileira de Letras, Doutor Honoris Causa da Unirio e Professor de História e Filosofia da Educação

Ruy, um vitorioso

Como vice-decano da Academia Brasileira de Letras, tenho acompanhado bem de perto o movimento de renovação da casa que consagrou a vida e a obra de imortais como Austregésilo de Athayde e Ruy Barbosa. Agora, é um outro Ruy que entra, o Castro, que se notabilizou em dois campos do conhecimento: o jornalístico e o literário, com as suas vitoriosas biografias.

A vaga é a de número 13, que pertenceu ao notável Sérgio Paulo Rouanet, autor de uma célebre lei de incentivo à cultura e que foi indevidamente criticado no governo anterior, num dos seus incríveis desserviços ao país. Felizmente passou e estamos vivendo outros e mais promissores tempos.

Minha ligação com o novo imortal, a quem dei a espada, na cerimônia de posse, é muito antiga. Data dos anos 50, quando eu era chefe de reportagem da revista "Manchete" e Ruy um dos nossos jovens e promissores repórteres. Esperava que ele recordasse esses bons tempos, mas ele preferiu outros caminhos para fazer a sua narrativa, de todo modo bastante apreciada, como se viu pelos demorados aplausos com que foi saudado.

Mesmo sendo colunista da "Folha de São Paulo", onde escreve quatro vezes por semana, Ruy encontrou tempo para elaborar livros de 500 páginas cada, em média, sobre grandes figuras da história brasileira, como Nelson Rodrigues ("O anjo pornográfico"), Garrincha ("Estrela solitária") e Carmen Miranda, uma portuguesa que se tornou carioca por adoção e que acabou vivendo tempos brilhantes no cinema norte-americano.

Lembro bem de ter recebido um telefonema de Ruy para me perguntar sobre os porres de Garrincha. Eu estivera com ele em Poços de Calda e Araxá, em 1958, nos preparativos da Copa do Mundo, afinal vencida pelo Brasil na Suécia. "É verdade que Garrincha enchia a cara depois dos treinos, causando grande preocupação à nossa Comissão Técnica, dirigida por Vicente Faola?" Honestamente, sempre muito cuidadoso em todos os pormenores do meu trabalho, não pude confirmar a notícia que chegara aos ouvidos do jovem repórter de Caratinga, mas também carioca por adoção. Não sei se ele ficou contente com as minhas afirmações. Garrincha era uma das nossas maiores esperanças de vitória. E isso acabou se confirmando em Estocolmo.

São fatos passados. Hoje, o que importa é que Ruy Castro entrou lindamente para a ABL, com uma cerimônia muito bonita.

CURITIBA

Grupo Prerrogativas aponta perseguição a novo juiz da Lava Jato

O grupo jurídico Prerrogativas divulgou nota em que critica a tentativa de punição ao juiz Eduardo Appio, da 13ª Vara Criminal de Curitiba, acusado de parcialidade. O magistrado é o responsável pelos processos que tiveram origem na Operação Lava Jato. "No momento em que finalmente um juiz comprometido com a Constituição assume a 13ª Vara Federal de Curitiba, algumas figuras já conhecidas e carimbadas da vida jurídica e política voltam à carga, como que para promover uma espécie de segundo turno jurídico, como se fosse possível fazer 'rescisória' daquilo que a Suprema Corte brasileira já decidiu", diz a nota do grupo, que fez oposição à Lava Jato e defendeu a soltura de Lula. A referência velada é ao senador Sergio Moro (União-PR) e ao deputado federal Deltan Dallagnol, figuras centrais na Lava Jato. Eles pediram punição a Appio após ter vindo à tona o fato de que ele fez uma doação à campanha de Lula no ano passado. Além disso, o juiz usava a assinatura LUL22 nos processos eletrônicos da Justiça.

"Sem nenhum processo julgado até o momento, com sentença decorrente de instrução por ele dirigida, o juiz Eduardo Appio já é vitima de lawfare, com a representação, junto ao CNJ, de pedido de afastamento, impedimento e suspeição", afirma o Prerrogativas.

Nota

GOVERNO LULA AVALIA QUE MORAES MANTERÁ INQUÉRITO DAS FAKE NEWS ATÉ SAÍDA DE ARAS

O governo Lula avalia que o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), manterá aberto o inquérito das fake news até a mudança de comando na PGR (Procuradoria Geral da República), que deve ocorrer apenas em setembro. De acordo com um aliado do presidente, Moraes não deve correr o risco de que o atual procurador-geral, Augusto Aras, arquive conclusões do inquérito, sem oferecer eventuais denúncias. O atual procurador é considerado pelo atual governo simpático ao bolsonarismo. Ainda segundo avaliação corrente no Executivo, Moraes tende a encerrar o inquérito assim que estiver no cargo o substituto de Aras.

VERÃO: Sol com algumas nuvens, com chuva a qualquer hora. Manhã Tarde Noite 28º 21º 5% 06:05 18:25

ARMAZENAMENTO

Sistema Cantareira tem maior volume de água em 11 anos

O Sistema Cantareira registrou nesta sexta-feira um volume útil de 74,9%, maior percentual de armazenamento de água desde 10 de março de 2012, quando atingiu 75,6% da capacidade.

No auge da crise hídrica em 2014 e 2015, nessa mesma data, o sistema operava em 16% de sua capacidade, o que impôs diversas restrições ao abastecimento e trouxe incertezas para o futuro, inclusive econômicas, já que indústrias de segmentos diversos tiveram sua produção afetada.

Desde 1º de março, de acordo com a ANA (Agência Nacional de Águas), o Cantareira, que é o maior manancial da Região Metropolitana de São Paulo voltou a operar na faixa de operação Normal, o que não ocorria desde maio de 2020. O volume útil é aquele disponível para os usos da água e, somado ao volume morto, resulta na capacidade máxima de armazenamento do reservatório.

Com o retorno da faixa de operação Normal, a Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) poderá captar até 33 metros cúbicos por segundo dos reservatórios do Sistema Cantareira, que é o limite máximo estabelecido pela Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 925/2017.

A recuperação do armazenamento dos reservatórios do Sistema Cantareira se deve às vazões afluentes (que chegam ao manancial), de acordo com a ANA, dos últimos meses, que, embora tenham ficado abaixo da média durante todo o ano de 2022 e superado a média somente em fevereiro de 2023, contribuíram para o aumento do armazenamento no sistema.

A Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 925/2017 define cinco faixas de operação do Cantareira para aumentar a segurança hídrica da Região Metropolitana de São Paulo e dar previsibilidade sobre as condições operativas futuras. Isso permite o planejamento do uso de suas águas pela Sabesp, que capta do manancial para abastecer cerca de 9 milhões de pessoas na Região Metropolitana de São Paulo.

O Cantareira terminou o mês de janeiro operando com 51,9% de sua capacidade. Essa foi a primeira vez, desde 2018, que o sistema finalizou o primeiro mês do ano acima dos 50% de capacidade.

CHILE

Boric faz reforma ministerial na véspera de completar 1 ano

Na véspera de completar um ano na cadeira presidencial do Chile, Gabriel Boric fez a segunda reforma ministerial do governo nesta sexta-feira e trocou a chefia de cinco pastas, incluindo a de Relações Exteriores. Assim como no momento da primeira mudança do alto escalão, Boric enfrenta um período delicado após ver sua reforma tributária ser derrotada na Câmara dos Deputados nesta semana.

O novo chanceler é o professor da Universidade do Chile Alberto van Klaveren, que entra no lugar da ex-presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos Antonia Urrejola. O ministro foi subsecretário da pasta de Relações Exteriores na gestão da ex-presidente Michelle Bachelet, também de esquerda.

Segundo o jornal La Tercera, Boric avisou Urrejola de sua decisão na última terça-feira e foi motivado pelas polêmicas que a equipe do ministério protagonizou ao longo do último ano. Uma das mais graves é a relacionada a um áudio vazado em meio à Cúpula da Celac, em Buenos Aires, no qual a então ministra chama o embaixador argentino Rafael Bielsa de louco. Também foi demitido nesta sexta-feira o subsecretário da pasta, José Miguel Ahumada, com quem Urrejola teve desentendimentos durante seu mandato.

Boric dispensou ainda os ministros Alexandra Benado (Esportes), Julieta Brodsky (Cultura), Juan Carlos García (Obras Públicas) e Silvia Díaz (Ciências). Entraram em seus lugares, respectivamente, o ex-jogador de futebol Claudio Pizarro, o empresário de televisão Jaime de Aguirre, a socialista Jessica López e a advogada e presidente do conselho da pasta Aisen Etcheverry.

Um dos motivos para tantas trocas foi o desconhecimento dos chilenos de grande parte da equipe de Boric. Segundo o último levantamento do instituto de pesquisa Criteria, na semana passada, há apenas quatro ministros conhecidos por mais de 60% da população. A sondagem mostrou ainda que Urrejola era uma das ministras menos populares, ao lado de Nicolás Grau, à frente da pasta de Economia.

O alto escalão, que começou o governo com 14 mulheres e 10 homens, agora é ocupado por 12 mulheres e 12 homens.

UNANIMIDADE

Xi Jinping assegura 3º mandato como presidente da China

O Congresso Nacional do Povo, reunião legislativa anual da China, elegeu por unanimidade o líder Xi Jinping para a Presidência do país nesta sexta-feira, ratificando assim sua condição de líder mais poderoso do gigante asiático em décadas.

A votação, que contabilizou 2.952 votos a favor de Xi, nenhum contra e nenhuma abstenção, foi sobretudo protocolar. Xi era o único candidato ao cargo e já tinha obtido seu inédito terceiro mandato como secretário-geral do Partido Comunista em outubro passado, durante o Congresso da sigla —por convenção, o chefe da legenda é também presidente da República, além de chefe das Forças Armadas.

Prenunciada em 2018, quando o país aboliu o limite de dois mandatos de cinco anos aos líderes, a manutenção de Xi no poder era dada como certa por especialistas. A reeleição fez dele o líder chinês mais duradouro desde Mao Tse-tung (1893-1976).

Após o anúncio do resultado nesta sexta, três militares uniformizados desceram as escadas do enorme salão do Grande Palácio do Povo, onde acontece o Congresso, e posicionaram um exemplar da Constituição chinesa sobre uma mesa para que Xi fizesse um juramento.

MOEMA

Muro de condomínio provoca enchente

A Prefeitura de São Paulo afirmou que o muro de um condomínio é o responsável pelas frequentes enchentes na rua Gaivota, em Moema, área nobre da zona sul da cidade, onde uma mulher de 88 anos morreu na quarta-feira passada.

A gestão municipal informou que estuda medidas administrativas e judiciais para derrubar o muro desse condomínio, que, de acordo com a administração, impede a vazão de água na via.

A prefeitura, contudo, não revelou qual é o condomínio.

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) esteve no local, de acordo com a assessoria, e acionou a Procuradoria-Geral do Munício para tomar medidas judiciais para derrubar o muro que pode ter agravado a situação da rua Gaivota, onde ocorreu a morte de Nayde Pereira Cappellano, que ficou presa no carro em que dirigia, durante um alagamento.

Na manhã dessa sexta-feira, o prefeito afirmou que assim que conseguir a autorização judicial a demolição do muro será feita. "Falei com a procuradora-geral do município, doutora Marina Magro, e pedi que fossem intensificadas as ações já em curso e que se possa imediatamente quebrar aquele muro na rua Gaivota", afirmou o prefeito. "Se eu tiver hoje a autorização judicial nós já vamos fazer hoje. É inaceitável que um condomínio faça um muro daquele de forma irregular e irresponsável. Muito possivelmente se aquele muro não estivesse ali não teríamos o que aconteceu", disse.

De acordo com a Procuradoria-Geral do Município, a subprefeitura de Vila Mariana -responsável pela área- está enviando um relatório com dados técnicos da área, que vão sustentar a medida judicial para derrubada do muro.

PAZ

Irã e Arábia Saudita retomam relações diplomáticas após hiato de 7 anos

Arábia Saudita e Irã restabeleceram laços diplomáticos nesta sexta-feira, sete anos após uma ruptura que havia escalado as tensões no Golfo e contribuído para a instabilidade do Oriente Médio como um todo. Principais potências muçulmanas da região, mas lideradas por facções religiosas rivais —sunita no caso de Rijad, xiita no de Teerã—, os dois países apoiam lados opostos de várias zonas de conflito próximas.

A conciliação foi mediada pela China, e negociada pelas principais autoridades de segurança nacional de cada uma das nações. Tentativas recentes de mediação haviam sido realizadas pelo Iraque e Omã, em 2021 e 2022, respectivamente, sem sucesso.

A retomada dos laços foi confirmada por veículos de imprensa estatais de ambos os países, que salientaram o respeito à soberania e à não-interferência em questões domésticas. A expectativa é de que os regimes reabram suas respectivas embaixadas nos próximos meses.

A imprensa saudita ainda noticiou que os países também teriam concordado em reativar um acordo de cooperação na área de segurança assinado em 2001, além de um tratado anterior do campo comercial.

As duas potências do Oriente Médio duelaram por anos, e apoiam grupos rivais nas guerras civis do Iêmen e da Síria, além de outros conflitos. No Iêmen, o Irã respalda os rebeldes houthis, enquanto a Arábia Saudita lidera a coalizão militar que defende o governo; na Síria, os iranianos são um dos poucos aliados do regime de Bashar al-Assad, enquanto os sauditas apoiam os dissidentes.

A ruptura diplomática entre as potências teve como estopim a invasão da embaixada saudita em Teerã depois que Rijad executou um proeminente clérigo muçulmano xiita, Nimr Al Nimr, por terrorismo. Centenas de muçulmanos contrários à decisão atacaram o local com pedras, paus e coquetéis molotov, incendiando uma das alas da representação diplomática.

O Irã afirmou que o acordo foi apoiado pela autoridade máxima do regime, o aiatolá Ali Khamenei.

OPOSIÇÃO

Vácuo sobre fila de CPIs esquenta clima na Alesp

Na próxima quarta-feira, a cerimônia de posse de 94 deputados estaduais e a eleição da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de São Paulo prometem menos emoção do que outro evento que mobiliza a Casa na mesma data -a corrida para protocolar pedidos de CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito).

Será o primeiro embate entre a oposição da esquerda e a base do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). Os dois grupos querem chegar antes, já que as CPIs são instaladas seguindo a ordem de protocolo, e traçaram suas estratégias.

Em 2019, a esquerda chegou ao local do protocolo depois do PSDB de João Doria, que escalou servidores para esperar 63 horas na fila, requerer 11 CPIs e, assim, blindar o então governador de investigações.

Desta vez, um grupo de deputados fiel a Tarcísio planeja protocolar 15 CPIs de temas que não gerem desgaste, empurrando as da oposição para o fim da fila. Do outro lado, deputados do PT e do PSOL já iniciaram o recolhimento de assinaturas para suas CPIs e vão tentar driblar o governo.

O problema é que, neste ano, ninguém sabe ao certo qual será o procedimento do protocolo, já que, de lá pra cá, o processo passou a ser digital. A reportagem questionou a Mesa Diretora, mas não teve resposta. Há a promessa de que um ato seja publicado até o dia 15 com esses detalhes.

A indefinição acaba favorecendo a base. O atual presidente da Casa, Carlão Pignatari (PSDB), e aquele que deve ser eleito, André do Prado (PL), são aliados de Tarcísio e participam da força-tarefa para barrar as CPIs de oposição.

PERSEGUIÇÃO

Tribunal da Argentina que condenou Cristina Kirchner a acusa de corrupção

O tribunal que condenou Cristina Kirchner, atual vice-presidente da Argentina, a seis anos de prisão e que determinou sua inabilitação perpétua para exercer cargos públicos, em decisão proferida há três meses, divulgou na quinta-feira passada os argumentos que fundamentaram o veredicto da Justiça.

Segundo um documento de mais de 1.600 páginas sobre o caso da peronista, Cristina cometeu atos de corrupção estatal. A corte entendeu que as manobras da líder argentina para conceder contratos de obras públicas ao empresário Lázaro Báez tinham como objetivo beneficiar a ela e a Néstor Kirchner.

De acordo com os cálculos divulgados pelo tribunal, o caso de corrupção gerou um prejuízo ao Estado argentino no valor de US$ 407 milhões (cerca de R$ 2 bilhões). "Ainda que sem uma sociedade formal, o lucro que (Cristina) Fernández de Kirchner obtinha graças a Báez é mais do que suficiente para provar a existência da operação corrupta", escreveram os magistrados, segundo relatos do jornal local La Nación.

"Estamos diante de um ato de corrupção estatal que mina a legitimidade das instituições públicas, atenta contra a sociedade, a ordem moral e a Justiça, assim como o desenvolvimento integral dos povos", seguiram os juízes no documento agora disponível ao público.

O veredicto da condenação de Cristina foi divulgado no início de dezembro passado no caso que ficou conhecido como "Causa Vialidad". O Ministério Público Fiscal a acusa de ter liderado uma "extraordinária matriz de corrupção" para desvio de verbas na forma de concessões de obras públicas na província de Santa Cruz à empresa de um amigo da família Kirchner, o empresário Lázaro Báez.

A vice-presidente acusa a Justiça argentina de ser parcial e de aplicar uma tática de lawfare -uso da lei para perseguição política. Ela ainda não comentou o desenrolar do caso nesta quinta-feira. Sua defesa, uma vez que já foram publicados os argumentos dos magistrados, poderá agora recorrer da decisão.

O presidente Alberto Fernández também fez duras críticas à Justiça recentemente, no mesmo dia em que um apagão deixou 40% da população argentina sem energia elétrica.

Nota

CONSULADO CHINÊS RECUA E REABRE AGENDAMENTO ONLINE DE VISTO APÓS FILAS DE MADRUGADA

O Consulado da China em São Paulo recuou da decisão de cancelar o agendamento de vistos online e decidiu reabrir o procedimento. A retomada acontece depois que os solicitantes começaram a formar filas de madrugada na porta do órgão na capital paulista nos últimos dias para tentar fazer o agendamento presencial. Na quinta-feira passada, o consulado divulgou uma nova lista de orientações em que afirma que o sistema online para a solicitação dos vistos foi reaberto e que vai amentar o número de vagas de atendimento, antes restrito a 30 pessoas por dia no modo presencial. Como mostrado pela Folha de S.Paulo na terça-feira passada, empresas que precisam enviar seus profissionais para viagens de negócios ao país asiático estão preocupadas com o gargalo na liberação dos documentos. O problema começou no início deste mês, quando o escritório de São Paulo suspendeu o agendamento online.